

PLANO DE TRABALHO

FIELD PROJECT	A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PODE SUBSTITUIR OS ADVOGADOS? - UMA ANÁLISE PRÁTICA.						
AUTORIA	ANA LUÍSA GOUVEIA DE ALMEIDA E YANNIK MATHIS BIEBERT				DISCENTES Nº MÁX.	10	
SUPERVISÃO	RENAN DIAS CARVALHO				DISCENTES Nº MÍN.	6	
REQUISITOS	Aberto para todo o corpo discente						
PÚBLICO ALVO	Sociedade brasileira (ONGs, empresas de pequeno e médio porte, cidadãos)						
CÓDIGO	GRDDIR003 / GRDDIR037 / GRDDIR039 / GRDDIR041	PERÍODO	2025.1	NATUREZA	PRÁTICA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA	Este Field Project propõe-se a desenvolver nos alunos a habilidade de comunicação do conhecimento jurídico, através do contato direto com as verdadeiras demandas legais da sociedade, além de estudar o papel da inteligência artificial na advocacia moderna. A partir da formulação de documentos que transcrevem esse conhecimento, os alunos serão também responsáveis pela educação jurídica da sociedade civil, desenvolvendo habilidades de pesquisa e de escrita simplificada. Os alunos receberão respostas jurídicas produzidas por um <i>Chatbot</i> de demandas reais na sociedade e, em seguida, serão responsáveis por realizar um filtro de qualidade, verificando em que pontos a inteligência artificial é incapaz de conduzir respostas eficientes e, portanto, em que momento a mão de obra humana é necessária. Em resumo, eles produzirão documentos de cunho educativo para simplificar o processo de aprendizagem sobre o Direito da sociedade com base nas respostas conferidas pela inteligência artificial. Os documentos de cunho educativo serão distribuídos aos que enviaram as dúvidas jurídicas.						
PROBLEMA	Falta de acesso da população ao conhecimento jurídico e o papel da inteligência artificial na advocacia moderna.						
PRODUTO	Documento produzido pelo grupo de alunos sobre o uso e o limite da inteligência artificial para solucionar demandas jurídicas, investigando quando a mão de obra humana é necessária para complementar as respostas oferecidas pela tecnologia. O documento potencialmente será utilizado para desenvolver uma pesquisa da autora do Field Project conduzida na Alemanha, sujeito à publicação. Além disso, cada aluno ou dupla de alunos será responsável por escrever um ou mais artigos sobre o uso e os limites da inteligência artificial para eventual publicação (por exemplo, na Revista Jota).						
OBJETIVO	Oferecer à população brasileira conteúdo qualificado para atender a suas principais demandas cotidianas, bem como capacitar os alunos no sentido de um entendimento amplo do modo mais eficiente de comunicar-se com a sociedade civil na resolução de demandas jurídicas, através do uso de inteligência artificial. Em paralelo, educar os alunos sobre como funciona e quais são os limites da inteligência artificial – promovendo discussões sobre quão longe pode chegar a inteligência artificial sem a mão de obra humana ou sobre limites de ordem social que o uso da IA enfrenta.						
METODOLOGIA	Este Field Project é dividido em dois níveis, que ocorrerão simultaneamente: (i) educativo; e (ii) prático. O primeiro nível tem por finalidade oferecer aos alunos, em todos os encontros, informações e debates estimulantes sobre o uso da inteligência artificial na advocacia. Os temas selecionados e descritos abaixo, no tópico “Atividades”, também serão utilizados para que os alunos produzam artigos de pequeno porte para eventual publicação em revistas eletrônicas. O processo educativo envolve a discussão, em cada encontro, de temas diversos, partindo de conceitos, princípios até os limites e desafios do uso inteligência artificial no ramo jurídico, incorporando com frequência debates de ordem social e cultural. O segundo nível envolve um exercício por parte dos alunos. As demandas enviadas pela sociedade serão processadas por um <i>Chatbot</i> que será responsável por prover elementos educativos que circundam a pergunta. Os alunos, então, receberão as respostas do <i>Chatbot</i> e serão responsáveis por realizar uma análise crítica, que envolverá pesquisas e uso de uma linguagem simplificada, para formular os documentos que serão entregues aos autores ou às autoras das demandas. Desse modo, os encontros serão divididos em duas etapas: a etapa de educação teórica, em que os alunos serão expostos aos debates sobre inteligência artificial (que serão desenvolvidos pelo supervisor ou por convidados); e a etapa de distribuição das demandas jurídicas e dos pontos levantados pelo <i>Chatbot</i> aos alunos, que também envolverá uma análise por parte dos estudantes – instigada pelo supervisor – sobre as informações dadas pela inteligência artificial, verificando sua qualidade e veracidade.						
HABILIDADE	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.					
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.					
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.					
Exigência MEC	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.					
RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.					
	X	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.					
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.					
	X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.					
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.					

	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.
	X	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.
	X	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.
	X	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.
PROGRAMA GERAL (cronograma dos encontros semanais presenciais (em média 15))		
ATIVIDADE	TEMA	
1	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação dos objetivos, da estrutura e dos resultados esperados do projeto. - Apresentação dos participantes e formação de grupos de trabalho. - Explicação do enfoque prático e teórico do projeto. 	
2	<ul style="list-style-type: none"> - Visão geral dos conceitos básicos de IA incluindo <i>machine learning</i> e processamento de linguagem. - Explorar de como as tecnologias de IA estão transformando vários aspectos do setor jurídico. - Introdução às ferramentas e sistemas de IA usados atualmente na prática jurídica. - Distribuição de perguntas para os alunos. 	
3	<ul style="list-style-type: none"> - O que é viés na IA e como ele pode ser incorporado aos dados de treinamento, perpetuando ou ampliando os vieses existentes. - Exemplos de resultados tendenciosos de IA em ferramentas jurídicas e estratégias para mitigar a parcialidade. - Discussão sobre as respostas finais elaboradas pelos estudantes. - Distribuição de novas perguntas. 	
4	<ul style="list-style-type: none"> - O que é transparência em IA, com foco em modelos de <i>black box</i> e seus desafios no contexto jurídico. - Explorar métodos para aumentar a transparência, como modelos interpretativos e melhor documentação em ferramentas de IA. - Discussão sobre as respostas finais elaboradas pelos estudantes. - Distribuição de novas perguntas. 	
5	<ul style="list-style-type: none"> - O que é responsabilidade em IA, com enfoque na complexidade de atribuir responsabilidade por decisões baseadas em IA. - Examinar as estruturas jurídicas atuais que abordam a responsabilidade da IA e os debates sobre políticas em andamento. - Discussão sobre as respostas finais elaboradas pelos estudantes. - Distribuição de novas perguntas. 	
6	<ul style="list-style-type: none"> - Qual é o papel da IA no acesso à justiça, especialmente para comunidades marginalizadas, e como ela pode ajudar ou atrapalhar. - Identificar as barreiras à adoção da IA nos serviços jurídicos e discutir soluções para a inclusão. - Discussão sobre as respostas finais elaboradas pelos estudantes. - Distribuição de novas perguntas. 	
7	<ul style="list-style-type: none"> - Refletir sobre como a IA lidou com consultas relacionadas ao acesso à justiça e sua capacidade de capturar nuances contextuais. - Qual é o desafio da IA na compreensão de contextos jurídicos e porque isso é importante em situações jurídicas, especialmente no que tange normas com textura aberta. - Discussão sobre as respostas finais elaboradas pelos estudantes. - Distribuição de novas perguntas. 	
8	<ul style="list-style-type: none"> - Quais são as limitações da IA para entender e acompanhar a evolução das estruturas jurídicas e interpretar leis complexas. - Explorar a função da experiência humana na interpretação de questões jurídicas e como os sistemas de IA podem ser atualizados com informações jurídicas atuais. - Discussão sobre as respostas finais elaboradas pelos estudantes. - Distribuição de novas perguntas. 	
9	<ul style="list-style-type: none"> - Convidado. - Discussão sobre as respostas finais elaboradas pelos estudantes. - Distribuição de novas perguntas. 	
10	<ul style="list-style-type: none"> - Explorar os desafios práticos na interpretação das respostas da IA a questões jurídicas. - Comparar a qualidade, a precisão e a conformidade com as normas legais entre as respostas da IA e as respostas humanas. - Discussão sobre as respostas finais elaboradas pelos estudantes. - Distribuição de novas perguntas pela última vez. 	
11	<ul style="list-style-type: none"> - Limites éticos do uso da IA. - Iniciar a produção do documento com as reflexões dos estudantes sobre o uso e limites da inteligência artificial na advocacia (distribuição de tarefas para a produção do documento). - Discussão sobre as respostas finais elaboradas pelos estudantes. 	
12	<ul style="list-style-type: none"> - Comparar a qualidade, a precisão e a conformidade com as normas legais entre as respostas da IA e as respostas humanas. - Identificar áreas comuns em que a IA teve dificuldades e onde a contribuição dos alunos melhorou os resultados. - Refletir sobre as implicações teóricas observadas nos exercícios práticos (por exemplo, parcialidade, transparência ou limitações contextuais). 	

	- Distribuição dos temas para produção dos artigos a serem publicados em revista eletrônica.
13	- Debater temas escolhidos pelos estudantes para produção dos artigos. - Discutir produção do documento final.
14	- Apresentação do documento final (powerpoint). - Prazo para a entrega dos artigos para a publicação em revistas eletrônicas. - Apresentação aos alunos do feedback recebido pelos autores das demandas.
15	- Prazo para a entrega do documento final. - Resumir os principais aprendizados do projeto e reunir as reflexões pessoais dos participantes. - Discutir o potencial para pesquisas adicionais ou estudos de acompanhamento com base nas descobertas do projeto.
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	<p>O trabalho desempenhado pelos alunos será avaliado em seus diferentes estágios.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Após a minuta do conteúdo, o supervisor irá avaliar o documento produzido considerando os seguintes critérios: (i) clareza da linguagem; (ii) aplicabilidade prática do conteúdo; (iii) qualidade da resposta por segmento do formulário; e (iv) cumprimento do prazo. 2. Após o recebimento do conteúdo revisado, os autores do projeto irão avaliar os documentos produzidos com base nos mesmos critérios elencados acima; 3. Por fim, o autor da demanda avaliará os documentos considerando o atendimento de suas expectativas. <p>A avaliação dos alunos será computada no sistema para medir o grau de desenvolvimento dos estudantes e servirá como um ponto de atenção para indicar os discentes que necessitam de uma maior supervisão. Esses dados serão compartilhados no formato de relatório(s) com a FGV, quando requerido. Por fim, o conteúdo produzido pelos estudantes para a publicação em revistas eletrônicas será utilizado para fins de avaliação, seguindo os mesmos critérios acima descritos.</p> <p>Conceitos: A (ótimo); B (bom); C (suficiente) e D (insuficiente).</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>ALEXANDRE, R.; NOGUEIRA, J. Inteligência Artificial e Desafios Jurídicos. [s.l.] Almedina Brasil, 2023.</p> <p>O'NEIL, C. Weapons of Math Destruction: How Big Data Increases Inequality and Threatens Democracy. New York: Crown, 2016.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>COSTA, R. S.; KREMER, B. Inteligência artificial e discriminação. Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça, v. 16, n. 1, 20 out. 2022.</p> <p>HIROTA, F. ChatGPT e Inteligência Artificial. [s.l.] Almedina Brasil, 2023.</p> <p>INGO WOLFGANG SARLET. Inteligência Artificial, Proteção de Dados Pessoais e Responsabilidade na Era Digital - Série Direito, Tecnologia, Inovação e Proteção de Dados num Mundo em Transformação. [s.l.] Saraiva Educação S.A., 2022.</p> <p>KAUFMAN, D. Desmistificando a Inteligência Artificial. Belo Horizonte: Autentica, 2022.</p> <p>RICAURTE, P. Vista de Desafíos de la acción colectiva en la era post--Snowden: lecturas desde América Latina. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/TEKN/article/view/51340/47835>.</p>